

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TEC. PAULA SOUZA

ETEC DE MAUÁ

Técnico em enfermagem

Geovana Tenório Barbosa

Giovana Cristhina Mendes Lucindo

Micaelly Pereira da Silva

Talita Marques Maia

**EDUCAÇÃO SEXUAL EFETIVA: O fator decisivo para a construção
de projetos familiares conscientes e inclusivos.**

Mauá

2026

Geovana Tenório Barbosa

Giovana Cristhina Mendes Lucindo

Micaelly Pereira da Silva

Talita Marques Maia

**EDUCAÇÃO SEXUAL EFETIVA: O fator decisivo para a construção
de projetos familiares conscientes e inclusivos.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso Técnico em Enfermagem da ETEC
de Mauá orientado pela Prof. Lourdes Aguiar,
como requisito parcial para obtenção do título
de Técnico em Enfermagem.

Mauá

2026

Dedicamos este trabalho a todos que contribuíram e participaram do processo de formação acadêmica com incentivo e paciência, aos professores enfermeiros, colegas e familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde, força e sabedoria para realizar o sonho de concluir o curso Técnico em Enfermagem.

Sou imensamente grato à minha mãe, pelo amor e apoio incondicional, e à minha noiva, enfermeira e grande inspiração, por sempre me incentivar nessa caminhada.

De modo especial, dedico este trabalho à memória do meu pai, que me acompanhou no início dessa jornada e, mesmo ausente fisicamente, sei que continua orgulhoso de mim.

Aos professores, agradeço por todo o conhecimento e dedicação, em especial às professoras Lourdes e Larissa, que marcaram meu aprendizado de forma inesquecível.

Aos colegas de TCC, pela parceria, e especialmente à Giovana e Eliana, pela amizade e apoio durante os estágios.

A todos que fizeram parte dessa trajetória, o meu sincero muito obrigado!

Geovana Tenório Barbosa

Primeiramente, à minha família, aos meus gatos e à minha cachorra, pelo apoio e acolhimento em todos os momentos, dos mais felizes aos mais difíceis.

Em especial, à minha avó Maria de Lourdes, que sonhou em cursar Enfermagem, mas foi impedida pelas dificuldades que a vida lhe impôs ainda na infância.

Aos meus professores, pelo compartilhamento de todo o conhecimento necessário ao meu crescimento no curso. Ao professor Eduardo, pela paciência e dedicação, Larissa pela didática incrível, Eliseth, pela humanidade e suas verdadeiras aulas de empatia, e Sulamita Oshiro, que ainda durante o meu curso técnico em Logística me incentivou a prestar o vestibular e seguir o caminho da Enfermagem.

Agradeço também aos meus amigos e colegas, especialmente Júlia, Micaelly e Talita, pela amizade que vai além da parceria acadêmica, e à Sandra Santana, Fabrícia Oliveira, Heloísa Vale e Geovana Tenório, por todos os momentos compartilhados durante o estágio.

Por fim, um agradecimento especial à professora Lourdes Aguiar, por ter tornado possível a presença do curso técnico em Enfermagem na Etec de Mauá.

Giovana Cristhina Mendes Lucindo

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança durante toda essa jornada acadêmica, pelo apoio do meu marido Fernando por acreditar em mim quando eu mesma duvidei, por cada palavra de carinho e cada gesto de amor.

As minhas amigas Talita, Júlia, Giovana, Thais, Sandra, por cada risada, café e abraço, criando forças juntas para seguir essa trilha. Em principal a orientadora Lourdes por ter trazido o curso de Enfermagem para a Etec de Mauá. A nossos orientadores de estágio e sala Larissa, Eduardo, Elizete, Rosemeire pela paciência, dedicação e por acreditar em nosso potencial, além de orientadores são empáticos e humanizados.

Esse trabalho é fruto de muita dedicação e união, há todos dedico meus sinceros "Obrigado"

Micaelly Pereira da Silva

Agradeço primeiramente a Deus pelo direcionamento na escolha do curso de Enfermagem e pela força ao longo desta jornada. Aos meus pais, Jefferson e Ester, pela constante presença e apoio durante todo o período de aprendizagem. Sou grata também às minhas amigas Giovana, Geovana, Julia e Micaelly, pela paciência, companheirismo e incentivo. Por fim, agradeço aos professores Eduardo, Elisete, Larissa, Rosimeire, Gilson, Cinthia, assim como à coordenadora e orientadora Lourdes Aguiar, que desempenharam papel fundamental no meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Talita Marques Maia

“A sexualidade não é uma questão de moral,
mas de saúde e direitos humanos”

BETTY DODSON

RESUMO

O presente estudo objetiva compreender a relevância da educação sexual efetiva desde a infância como fator decisivo para a construção de projetos familiares conscientes e inclusivos, ao mesmo tempo em que evidencia, por meio de dados, lacunas existentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua relação com a prevenção de abuso infantil, gravidez precoce na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis, além de explorar sua contribuição para a formação cidadã, o fortalecimento da autonomia pessoal e o reconhecimento das diversas configurações familiares; o estudo investiga também de que maneira a educação sexual impacta o planejamento e a constituição de projetos familiares mais responsáveis e examina como abordagens inclusivas favorecem o respeito às famílias homoafetivas, monoparentais e adotivas. A Metodologia adotada utiliza uma pesquisa bibliográfica realizada em bases de dados como Google Acadêmico, Scielo, Bireme e Lilacs, por meio de uma abordagem exploratória com foco em análise documental, avaliando a educação sexual no Brasil e seu impacto no planejamento familiar responsável e inclusivo, com ênfase em artigos científicos e documentos oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS), além de incluir um delineamento com coleta de dados de campo por meio de questionário online aplicado via formulários digitais, garantindo a voluntariedade e o sigilo dos participantes para mapear o conhecimento da comunidade sobre o planejamento familiar ofertado pelo SUS; os resultados demonstram que a ausência de uma abordagem estruturada e contínua de educação sexual na BNCC contribui para a desinformação, vulnerabilidade social e manutenção de índices preocupantes relacionados à gravidez precoce, ISTs e situações de violência, ao passo que evidenciam que indivíduos com acesso à educação sexual efetiva apresentam maior capacidade de tomada de decisão, autonomia e planejamento familiar consciente, além de maior respeito à diversidade; as conclusões indicam que a implementação de políticas educacionais mais abrangentes e inclusivas no âmbito da educação sexual constitui um elemento essencial para o desenvolvimento social, redução de vulnerabilidades e promoção de uma sociedade mais justa, informada e inclusiva, reforçando a necessidade de integração entre educação e saúde para garantir a efetividade dessas ações.

Palavras-chaves: Educação-sexual. Sexualidade. Planejamento familiar.

ABSTRACT

This study aims to understand the relevance of effective sex education from childhood as a decisive factor in building conscious and inclusive family projects, while also highlighting, through data, existing gaps in the National Common Curriculum Base (BNCC) and its relationship with the prevention of child abuse, early pregnancy in adolescence, and sexually transmitted infections. Furthermore, it explores its contribution to civic education, the strengthening of personal autonomy, and the recognition of diverse family configurations. The study also investigates how sex education impacts the planning and constitution of more responsible family projects and examines how inclusive approaches promote respect for same-sex, single-parent, and adoptive families. The methodology adopted uses bibliographic research conducted in databases such as Google Scholar, Scielo, Bireme, and Lilacs, through an exploratory approach focused on document analysis, evaluating sex education in Brazil and its impact on responsible and inclusive family planning, with emphasis on scientific articles and official documents from the Unified Health System (SUS), in addition to including a design with field data collection through an online questionnaire applied via digital forms, guaranteeing the voluntariness and confidentiality of the participants to map the community's knowledge about family planning offered by the SUS; the results demonstrate that the absence of a structured and continuous approach to sex education in the BNCC contributes to misinformation, social vulnerability, and the maintenance of worrying rates related to early pregnancy, STIs, and situations of violence, while showing that individuals with access to effective sex education have greater decision-making capacity, autonomy, and conscious family planning, as well as greater respect for diversity; The findings indicate that the implementation of more comprehensive and inclusive educational policies in the field of sex education is essential for social development, reducing vulnerabilities, and promoting a more just, informed, and inclusive society, reinforcing the need for integration between education and health to ensure the effectiveness of these actions.

Keywords: Sex education. Sexuality. Family planning.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Qual a sua idade atual?	22
Gráfico 2 — Durante sua educação básica, em qual tipo de escola você estudou predominantemente?	22
Gráfico 3 — Você recebeu aulas formais de educação sexual durante o seu período escolar?.....	23
Gráfico 4 — Você tem filhos?.....	23
Gráfico 5 — Você acha que a idade em que teve o primeiro filho influenciou em seu planejamento familiar e vida pessoal?	24
Gráfico 6 — Você acredita que a educação sexual nas escolas contribui para uma melhor compreensão dos direitos sexuais e reprodutivos?.....	24
Gráfico 7 — Você considera que a educação sexual deve abordar questões de diversidade sexual, gênero e orientação sexual para promover inclusão social?	25
Gráfico 8 — Você conhece os métodos contraceptivos atualmente oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo preservativos, pílulas anticoncepcionais, DIU, injetáveis e o novo implante subdérmico Implanon?	25
Gráfico 9 — Você acredita que a oferta de palestras, cursos e projetos sobre educação sexual nas Unidades Básicas de Saúde e nas escolas deveria ser ampliada?.....	26
Gráfico 10 — Você considera que a inclusão de temas como consentimento, respeito ao corpo e prevenção de abuso é fundamental na educação sexual para crianças e adolescentes?	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Escola Técnica Estadual (ETEC)

Human Immunodeficiency Virus / Vírus da imunodeficiência humana (HIV)

Sistema Único de Saúde (SUS)

Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's)

Terapia Antirretroviral (TARV)

Legislação Brasileira de Inclusão (LBI)

Pessoa com Deficiência (PCD)

LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Justificativa	12
1.2 Problemática	12
1.3 Objetivos	12
1.3.1 Objetivo geral	12
1.3.2 Objetivos específicos	13
1.4 Metodologia.....	13
2 DESENVOLVIMENTO	14
2.1 Explorar a relevância da educação sexual efetiva para a formação cidadã e o fortalecimento da autonomia pessoal.	14
2.1.1 Definição e tipos de ISTs:	14
2.1.2 Definição e tipos de abuso:	16
2.2 Investigar de que maneira a educação sexual pode impactar no planejamento e na constituição de projetos familiares mais conscientes e responsáveis.	17
2.3 Examinar como a abordagem inclusiva da educação sexual favorece o reconhecimento e o respeito às diversas formas de organização familiar (homoafetivas, monoparentais, adotivas, entre outras).	18
2.3.1 Tipos de concepção e adoção	19
2.3.2 Direitos reprodutivos.....	20
3 RESULTADO/ DISCUSSÃO.....	22
3.1 Gráficos de resultado da pesquisa de campo.....	22
4 CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28
APÊNDICE A – COMUNIDADE LGBT	33

1 INTRODUÇÃO

A educação sexual efetiva configura-se como um fator decisivo para a construção de projetos familiares conscientes e inclusivos no contexto brasileiro, destacando sua relevância desde a infância até a vida adulta, ao promover conhecimento, autonomia e desenvolvimento social. Nesse sentido, torna-se essencial ampliar o acesso à informação qualificada, considerando que a educação sexual ultrapassa a prevenção de doenças e da gravidez precoce, pois possibilita a compreensão do corpo, dos direitos, das responsabilidades, da diversidade e da autonomia, além de atender à demanda social evidenciada por pesquisas como a do Datafolha (2022), que aponta que 73% da população apoia sua inclusão obrigatória nas escolas.

Apesar disso, observa-se que a educação sexual ainda é tratada de forma superficial ou inexistente em muitas instituições de ensino, o que contribui diretamente para a manutenção de graves problemas de saúde pública no Brasil. Dados do Ministério da Saúde revelam mais de 1.088.536 casos de aids entre 1980 e 2022, além do aumento expressivo de infecções sexualmente transmissíveis, como a sífilis, que registrou mais de 213 mil casos em 2022, incluindo a forma congênita, e cerca de 43 mil novos casos de HIV no mesmo período, evidenciando a falta de informação, a baixa percepção de risco e a negligência em práticas preventivas, especialmente entre os jovens.

Diante desse cenário, considera-se que a ausência de uma educação sexual estruturada compromete a formação de indivíduos mais conscientes e responsáveis, enquanto a implementação de programas educativos inclusivos tende a reduzir índices de ISTs, gravidez precoce e situações de vulnerabilidade, além de favorecer o respeito à diversidade e o planejamento familiar responsável. Assim, busca-se compreender a relevância da educação sexual desde a infância, evidenciar lacunas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), analisar sua contribuição para a formação cidadã e para o fortalecimento da autonomia pessoal, investigar seus impactos no planejamento familiar e examinar sua abordagem inclusiva no reconhecimento das diferentes configurações familiares.

1.1 Justificativa

A educação sexual efetiva vai além da prevenção de infecções e gravidez precoce. Ela oferece recursos para que jovens e adultos compreendam seus corpos, direitos, responsabilidades e valores, favorecendo a construção de projetos de vida e familiares mais conscientes e inclusivos. Abordando temas como diversidade, respeito e autonomia, contribui para a formação de pessoas mais preparadas para decisões familiares responsáveis. Segundo pesquisas do Datafolha do ano de 2022, cerca de 73% das pessoas apoiam a inclusão de educação sexual na grade curricular obrigatória das escolas, dado importante para destacar a necessidade da população em ter acesso a algo tão importante e pouco abordado. Demonstrando a importância da educação sexual efetiva na construção de projetos familiares.

1.2 Problemática

Apesar de sua importância, a educação sexual ainda é tratada de forma superficial ou inexistente em muitas instituições de ensino. De acordo com o Ministério da Saúde, entre os anos de 1980 e 2022, foram detectados cerca de 1.088.536 caso de aids em território nacional. Isso prova a escassez do desenvolvimento de uma visão informada sobre sexualidade e família devido à falta de informação, dificultando que os indivíduos construam projetos familiares pautados no respeito, na responsabilidade e na inclusão.

Como uma educação sexual aplicada de maneira eficiente pode auxiliar em projetos familiares mais conscientes e inclusivos?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Compreender a relevância da educação sexual efetiva a começar da infância, mostrando através de dados as lacunas ausentes sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promovendo a prevenção de abuso infantil, gravidez precoce na

adolescência, infecções sexualmente transmissíveis, além de incentivar os projetos familiares construtivos e inclusivos.

1.3.2 *Objetivos específicos*

- Explorar a relevância da educação sexual efetiva para a formação cidadã e o fortalecimento da autonomia pessoal.
- Investigar de que maneira a educação sexual pode impactar no planejamento e na constituição de projetos familiares mais conscientes e responsáveis.
- Examinar como a abordagem inclusiva da educação sexual favorece o reconhecimento e o respeito às diversas formas de organização familiar (homoafetivas, monoparentais, adotivas, entre outras).

1.4 Metodologia

A presente pesquisa bibliográfica foi feita através dos bancos de dados: Google Acadêmico, Scielo, Bireme e Lilacs, sendo buscando em 48 artigos e utilizados 35 para a realização da pesquisa. por uma abordagem exploratória com foco na análise documental para avaliar a educação sexual no Brasil e o impacto que a mesma tem em um planejamento familiar responsável e inclusivo, focando em artigos e sites oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS). Também houve um delineamento e coleta de dados com uma pesquisa de campo para mapear o conhecimento da comunidade em relação ao planejamento familiar oferecido pelo SUS. A pesquisa foi feita através de um questionário online (forms), garantindo a voluntariedade e sigilo dos participantes

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Explorar a relevância da educação sexual efetiva para a formação cidadã e o fortalecimento da autonomia pessoal.

A educação sexual efetiva é essencial para capacitar indivíduos com conhecimentos sobre sexualidade, saúde reprodutiva e relações saudáveis, promovendo tanto a cidadania plena quanto a autonomia pessoal. Ela vai além da prevenção de riscos, fomentando valores de respeito e igualdade dessa forma a contribuição cidadã torna a ensinar sobre à diversidade sexual, combate ao machismo, homofobia e assédio, preparando jovens para uma convivência social ética e inclusiva. Estudos mostram que programas abrangentes reduzem violência escolar, bullying e discriminação, alinhando-se a direitos humanos e políticas como as da UNESCO e BNCC no Brasil. Assim, forma cidadãos conscientes, capazes de exercer direitos e deveres em uma sociedade diversa, onde promove também o autoconhecimento, com tomada de decisões informadas sobre contracepção, consentimento e saúde sexual, reduzindo gravidezes precoces e ISTs. Ao incentivar assertividade e comunicação em relacionamentos, aumenta a confiança e previne abusos, empoderando indivíduos para escolhas responsáveis. No Brasil, faltas nessa área perpetuam vulnerabilidades, especialmente entre mulheres e adolescentes isso ocorre por ser acarretada de tabus culturais, falta de formação docente e currículos fragmentados, mas intervenções interdisciplinares com música, debates e recursos digitais mostram eficácia. Políticas como o Programa Brasil sem Homofobia e cartilhas do Ministério da Saúde reforçam a necessidade de abordagens transformadoras desde a infância. Investir em capacitação contínua garante impactos duradouros na saúde e equidade social.

Em síntese, a educação sexual efetiva constrói uma sociedade mais justa, onde cidadania e autonomia se entrelaçam para o bem-estar coletivo

2.1.1 Definição e tipos de ISTs:

As ISTs são infecções causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos transmitidos principalmente por contato sexual (oral, vaginal, anal) sem proteção. O

termo IST substituiu DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) para enfatizar que uma pessoa pode estar infectada e transmitir a infecção mesmo sem apresentar sintomas visíveis. Isso ressalta a importância do diagnóstico e tratamento precoces para interromper a cadeia de transmissão, dessas principais ISTs que tem grande visibilidade na saúde pública são:

- Sífilis: Causada pela bactéria *Treponema pallidum*, pode levar a complicações graves em múltiplos órgãos se não tratada. A sífilis congênita (transmitida da mãe para o feto) é uma séria preocupação.
- Gonorreia e Clamídia: Infecções bacterianas frequentemente assintomáticas que podem causar infertilidade e doença inflamatória pélvica (DIP) em mulheres.
- Herpes Genital: Infecção viral crônica (vírus Herpes simplex) que causa lesões na região genital, em período contínuo.
- HPV (Vírus do Papiloma Humano): Vírus que pode causar verrugas genitais e está fortemente associado a diversos tipos de câncer, como o de colo de útero. Existe vacina eficaz.
- HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana): Ataca o sistema imunológico, levando à AIDS. O tratamento anti retroviral (TARV) permite uma vida saudável e torna o vírus intransmissível sexualmente.
- Hepatites Virais (B e C): Podem ser transmitidas sexualmente e causar doenças hepáticas crônicas, cirrose e câncer de fígado. Há vacina para Hepatite B e tratamento para Hepatite C.

Podem ser evitadas por múltiplas prevenção:

- Preservativos: Uso consistente e correto em todas as relações.
- Testagem Regular: Diagnóstico precoce para tratamento e interrupção da transmissão.
- Vacinação: Contra HPV e Hepatite B.
- PREP (Profilaxia Pré-Exposição): Uso de medicamentos por pessoas não infectadas com alto risco de exposição ao HIV.

- PEP (Profilaxia Pós-Exposição): Uso de medicamentos após possível exposição ao HIV.

Esse tratamento das ISTs vai além para evitar complicações e novas transmissões para o Enfrentamento das ISTs é uma abordagem complexa e contínua, focada na prevenção e promoção da saúde sexual. As soluções residem no fortalecimento da prevenção combinada (preservativos, testagem, vacinação, PREP/PEP e tratamento), na educação sexual abrangente, no acesso universal e descentralizado aos serviços de saúde, no combate ao estigma e à discriminação, e na implementação de políticas públicas integradas. A responsabilidade compartilhada entre indivíduos, comunidades e o Estado é crucial para reduzir a incidência e o impacto das ISTs, promovendo uma saúde sexual plena para todos.

2.1.2 Definição e tipos de abuso:

O abuso sexual é uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública com profundas e duradouras consequências para as vítimas. O abuso sexual refere-se a qualquer ato ou comportamento sexual que ocorre sem o consentimento da pessoa, ou quando o consentimento não pode ser dado (como no caso de crianças, pessoas com deficiência mental ou sob influência de substâncias). Não se limita à penetração, abrangendo uma vasta gama de atos que incluem:

Abuso Sexual Físico: Envolve qualquer contato físico de natureza sexual, como toques indesejados, carícias, masturbação forçada, sexo oral, vaginal ou anal, e outras formas de exploração sexual.

Abuso Sexual Não Físico (ou Psicológico/Emocional): Inclui exposição a material pornográfico, chantagem sexual, assédio verbal de cunho sexual, e outras formas de coerção ou manipulação para fins sexuais.

Incesto: Abuso sexual que ocorre entre membros da mesma família, geralmente envolvendo um adulto e uma criança ou adolescente.

Exploração Sexual Comercial: Situação em que uma pessoa é submetida a atividades sexuais em troca de dinheiro, bens ou serviços, muitas vezes envolvendo coerção e manipulação, especialmente de crianças e adolescentes.

Quem sofre com algum desse abuso sexual pode desenvolver uma série de problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), dificuldades de relacionamento, baixa autoestima e ideação suicida. As consequências podem perdurar por toda a vida. Para solucionar e abordar sobre o tema é necessário trabalhar estratégias, como:

Prevenção Primária: Educação Sexual Abrangente: Informar crianças, adolescentes e adultos sobre seus direitos sexuais, consentimento, limites corporais e como identificar e denunciar situações de abuso. Isso deve ocorrer em escolas, famílias e comunidades

Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários: Criar ambientes seguros e de apoio onde as vítimas se sintam à vontade para falar e buscar ajuda.

Campanhas de Conscientização: Sensibilizar a sociedade sobre a gravidade do problema, desmistificar tabus e incentivar a denúncia.

Canais de Denúncia Acessíveis e Seguros: Fortalecer serviços como o Disque 100, Conselhos Tutelares e delegacias especializadas, garantindo que as denúncias sejam investigadas de forma eficaz e humanizada.

Capacitação de Profissionais: Treinar profissionais de saúde, educação, assistência social e segurança pública para identificar sinais de abuso, acolher as vítimas e encaminhá-las adequadamente, evitando a revitimização.

Apoio e Reabilitação às Vítimas: Atendimento multidisciplinar, oferecendo suporte psicológico, médico, social e jurídico especializado para as vítimas e suas famílias, visando a recuperação do trauma e a reintegração social.

2.2 Investigar de que maneira a educação sexual pode impactar no planejamento e na constituição de projetos familiares mais conscientes e responsáveis.

A educação sexual efetiva exerce papel determinante na construção de projetos familiares conscientes e responsáveis, pois fornece informações científicas e promove o desenvolvimento de competências emocionais e sociais necessárias para

decisões reprodutivas seguras. Diferentemente de abordagens restritas ao aspecto biológico, a educação sexual integral aborda direitos reprodutivos, igualdade de gênero, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), métodos contraceptivos e construção de relacionamentos saudáveis (UNESCO, 2018).

Ao ampliar o conhecimento sobre o próprio corpo e sobre os métodos de prevenção da gravidez, a educação sexual contribui diretamente para a redução de gestações não planejadas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a gravidez não planejada, especialmente na adolescência, está associada a impactos sociais, econômicos e emocionais, como evasão escolar, vulnerabilidade social e dificuldades no planejamento familiar. Assim, indivíduos que recebem educação sexual adequada apresentam maior probabilidade de planejar o momento da parentalidade, o número de filhos e as condições adequadas para sua criação.

Além disso, a educação sexual promove o respeito à diversidade, à orientação sexual e à identidade de gênero, favorecendo a construção de famílias mais inclusivas e baseadas no diálogo e na igualdade. De acordo com as diretrizes internacionais da OMS (2010), programas de educação sexual fundamentados em evidências fortalecem a autonomia, a responsabilidade e a capacidade de tomada de decisão, elementos essenciais para a constituição de projetos familiares estruturados e conscientes.

Portanto, investigar a relação entre educação sexual e planejamento familiar revela que o acesso à informação qualificada e à formação crítica impacta diretamente na construção de famílias mais responsáveis, emocionalmente preparadas e socialmente inclusivas.

2.3 Examinar como a abordagem inclusiva da educação sexual favorece o reconhecimento e o respeito às diversas formas de organização familiar (homoafetivas, monoparentais, adotivas, entre outras).

A configuração familiar refere-se às diferentes formas de organização da família na sociedade contemporânea. Ao longo do tempo, o conceito de família deixou de estar restrito ao modelo tradicional composto por pai, mãe e filhos e passou a abranger uma diversidade de estruturas, como famílias monoparentais, homoafetivas, reconstituídas, extensas e famílias formadas por vínculos socioafetivos. Reconhecer

e respeitar as diferentes configurações familiares também é essencial para combater preconceitos e promover a inclusão social. A compreensão da configuração familiar é fundamental, especialmente nas áreas da saúde e da educação, pois o ambiente familiar exerce influência direta no desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo dos indivíduos. É no contexto familiar que se constroem valores, hábitos, crenças e formas de interação social.

As famílias monoparentais são formadas por apenas um dos pais e o filho(s), que pode ser formada a partir de divórcio, viuvez, ou decisão consciente de uma pessoa criar um filho sozinha.

As famílias homoafetivas são aquelas formadas por casais do mesmo sexo que geraram ou adotaram os filhos. No Brasil, em maio de 2011 de maneira unânime pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), a união homoafetiva passou a ser reconhecida como união familiar, prometendo assim, igualdade, inclusão e novos direitos para a comunidade LGBTQIA+.

As famílias reconstituídas são aquelas que, após uma separação ou viuvez, os pais constroem uma nova união, incluindo nessa família, padrastos, madrastas, enteados e possíveis filhos em comum.

As famílias extensas ou ampliadas, além dos pais e filhos, também incluem outros parentes próximos que possuem forte laço emocional, tal qual avós, tios, primos, entre outros. Em conclusão, a configuração familiar na sociedade contemporânea é marcada pela diversidade e pela ampliação do conceito tradicional de família. Reconhecer as diferentes formas de organização familiar é essencial para promover respeito, inclusão e combater preconceitos. Nesse contexto, destaca-se a importância do planejamento familiar, que possibilita aos indivíduos e casais decidirem de forma consciente e responsável sobre ter ou não filhos, o momento mais adequado e o número desejado. O planejamento familiar contribui para a saúde física e emocional dos pais e das crianças, fortalece a organização familiar e favorece melhores condições de cuidado, educação e qualidade de vida, respeitando sempre a autonomia e as diferentes configurações familiares existentes.

2.3.1 Tipos de concepção e adoção

A concepção humana pode acontecer de várias maneiras, englobando tanto métodos naturais quanto intervenções médicas promovidas pela reprodução assistida. O método mais frequente é a concepção natural, que se dá quando o espermatozóide fertiliza o óvulo após a relação sexual. Esse evento marca o início do desenvolvimento do embrião e da gravidez. No âmbito da saúde pública, entender esse mecanismo é crucial para direcionar iniciativas de educação sexual, planejamento familiar e monitoramento do pré-natal.

Além da concepção natural, há também opções de reprodução assistida, que são especialmente empregadas por indivíduos ou casais com dificuldades para engravidar. Os métodos mais conhecidos incluem a inseminação artificial e a fertilização in vitro. Esses tratamentos são conduzidos em clínicas especializadas e marcam avanços significativos na medicina, possibilitando que muitas pessoas realizem o sonho de formar uma família. Apesar de ainda não estarem amplamente acessíveis na saúde pública, a questão é abordada nas políticas de saúde reprodutiva no Brasil.

Neste cenário, o papel da enfermagem é de extrema importância, principalmente no que diz respeito à orientação relacionada à saúde sexual e reprodutiva. Os enfermeiros se envolvem em iniciativas educativas, ajudando a esclarecer questões sobre fertilidade, opções contraceptivas e planejamento familiar. Essas ações auxiliam indivíduos a fazer escolhas conscientes sobre sua vida reprodutiva, prevenindo gestações indesejadas e fomentando uma maior autonomia sobre seus corpos.

Além do vínculo biológico, a constituição de uma família pode ser realizada através da adoção. No Brasil, essa prática é regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que define diretrizes legais para assegurar a proteção e o bem-estar de crianças e adolescentes. O procedimento inclui fases como a avaliação psicossocial, a capacitação dos adotantes e a supervisão judicial. A adoção se configura como uma opção significativa para crianças que não têm condições de viver com suas famílias biológicas, proporcionando a oportunidade de crescer em um ambiente familiar saudável.

2.3.2 Direitos reprodutivos

Os direitos reprodutivos fazem parte dos direitos humanos e estão diretamente relacionados à autonomia das pessoas em relação à sua vida sexual e reprodutiva. Esses direitos garantem que homens e mulheres possam decidir livremente se desejam ou não ter filhos, quantos filhos pretendem ter e em qual momento da vida desejam constituir uma família. Para que essas escolhas sejam feitas de forma consciente, é fundamental que exista acesso a informações, serviços de saúde e métodos contraceptivos adequados.

No Brasil, os direitos reprodutivos estão relacionados às políticas de saúde pública e ao planejamento familiar. A Lei nº 9.263, de 1996, estabelece que o planejamento familiar é um direito garantido a todos os cidadãos e deve ser promovido pelo Estado por meio de ações educativas e assistenciais. Essa legislação prevê que os serviços de saúde ofereçam orientações sobre reprodução, acesso a métodos contraceptivos e acompanhamento adequado durante a gestação.

Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha papel fundamental na promoção da saúde sexual e reprodutiva. O Ministério da Saúde desenvolve políticas voltadas à saúde da mulher, incluindo programas de planejamento reprodutivo, acompanhamento pré-natal, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e acesso a métodos contraceptivos. Essas ações têm como objetivo garantir melhores condições de saúde para a população e reduzir situações como gravidez não planejada e complicações relacionadas à gestação.

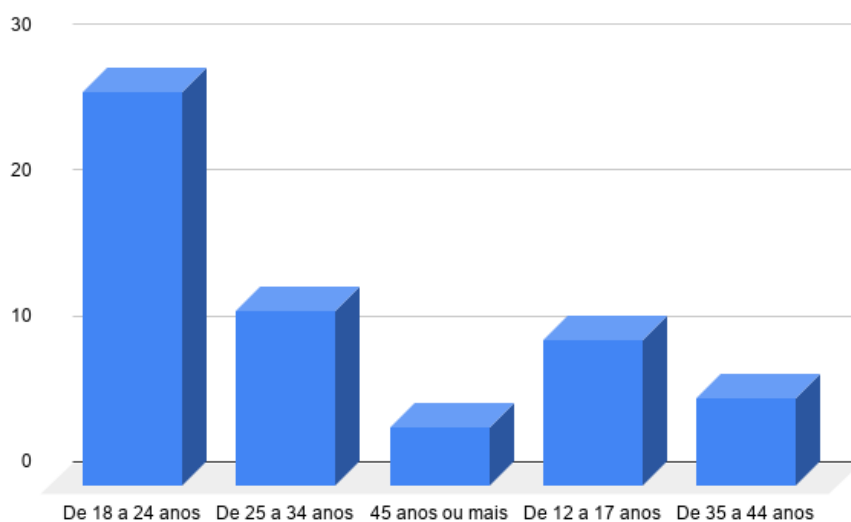
A enfermagem possui um papel central na efetivação desses direitos. Profissionais de enfermagem atuam diretamente no atendimento à população nas unidades de saúde, realizando orientações, consultas de enfermagem, distribuição de métodos contraceptivos e atividades educativas sobre sexualidade e planejamento familiar. A educação sexual, quando realizada de forma adequada, contribui para o desenvolvimento da autonomia e para a prevenção de problemas de saúde relacionados à reprodução.

Portanto, a garantia dos direitos reprodutivos está diretamente relacionada à promoção da saúde, à educação e ao acesso aos serviços de saúde. A atuação da enfermagem nesse contexto é essencial para fortalecer o cuidado integral e promover práticas que respeitem a dignidade, a autonomia e as necessidades da população.

3 RESULTADO/ DISCUSSÃO

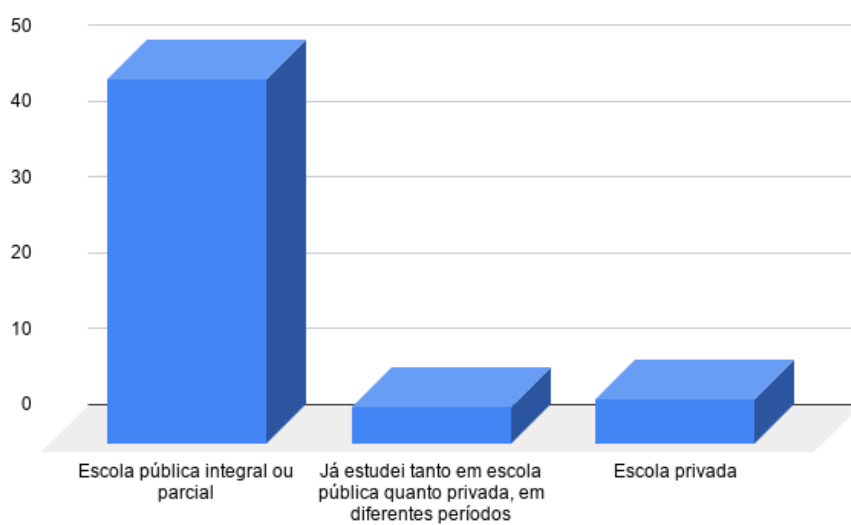
3.1 Gráficos de resultado da pesquisa de campo

Gráfico 1 — Qual a sua idade atual?



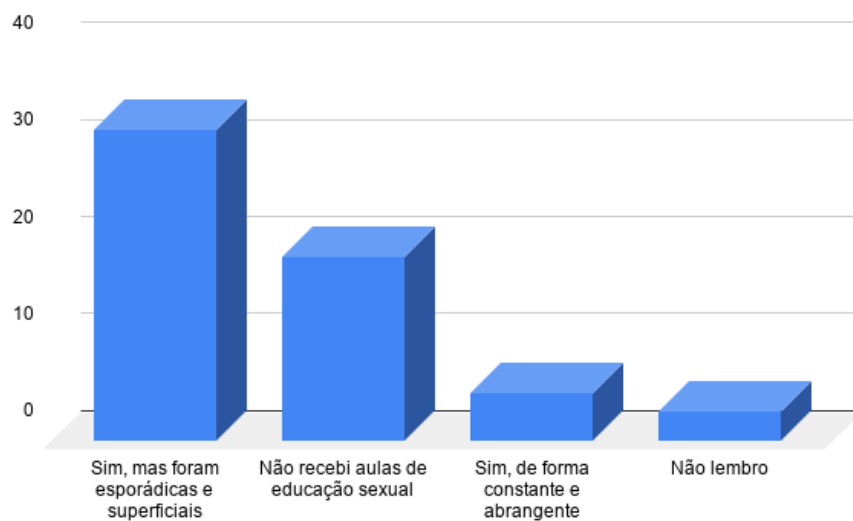
Fonte: própria (2025)

Gráfico 2 — Durante sua educação básica, em qual tipo de escola você estudou predominantemente?



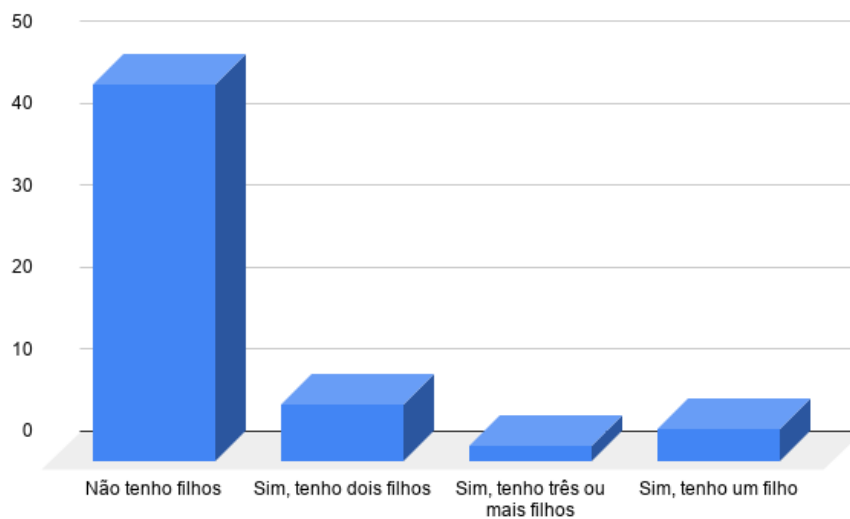
Fonte: própria (2025)

Gráfico 3 — Você recebeu aulas formais de educação sexual durante o seu período escolar?



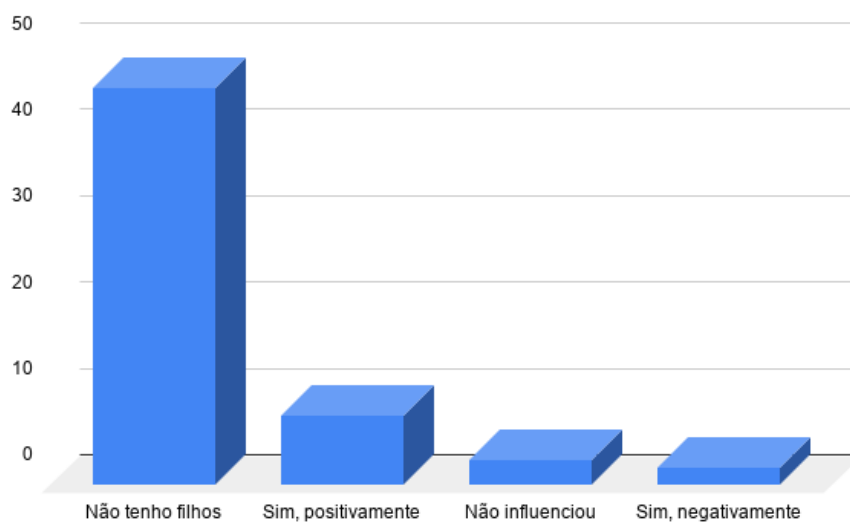
Fonte: própria (2025)

Gráfico 4 — Você tem filhos?



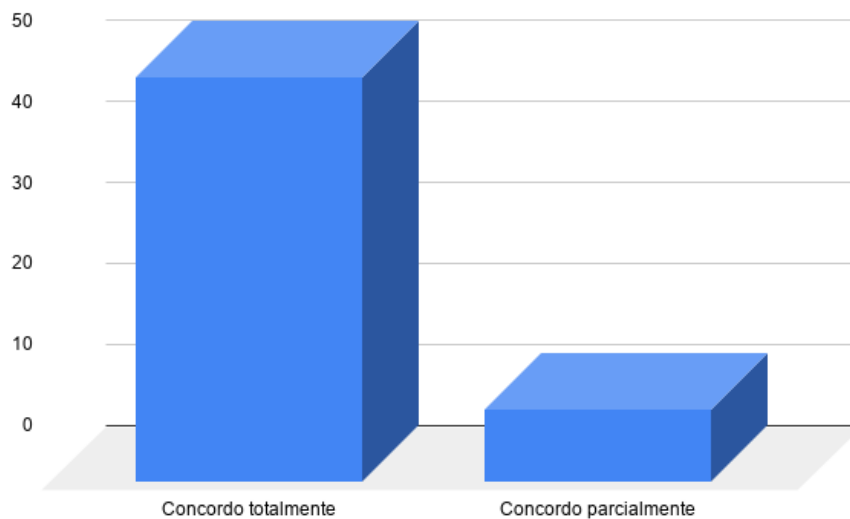
Fonte: própria (2025)

Gráfico 5 — Você acha que a idade em que teve o primeiro filho influenciou em seu planejamento familiar e vida pessoal?



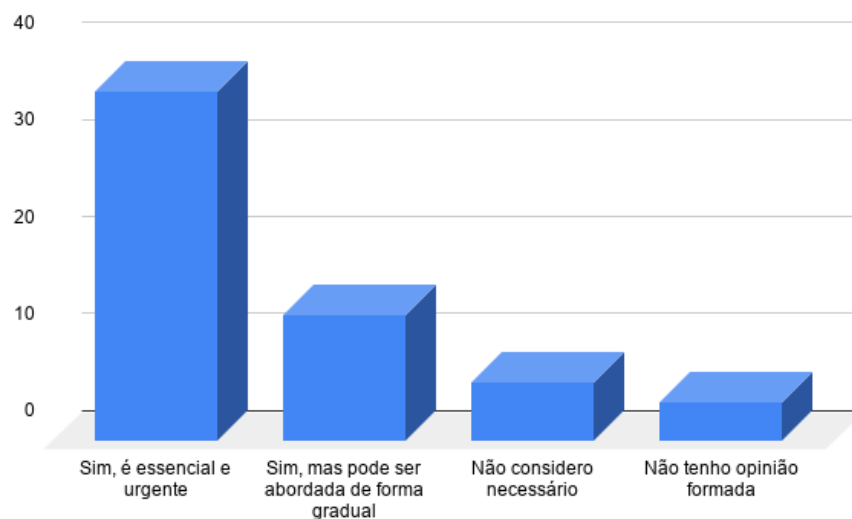
Fonte: própria (2025)

Gráfico 6 — Você acredita que a educação sexual nas escolas contribui para uma melhor compreensão dos direitos sexuais e reprodutivos?



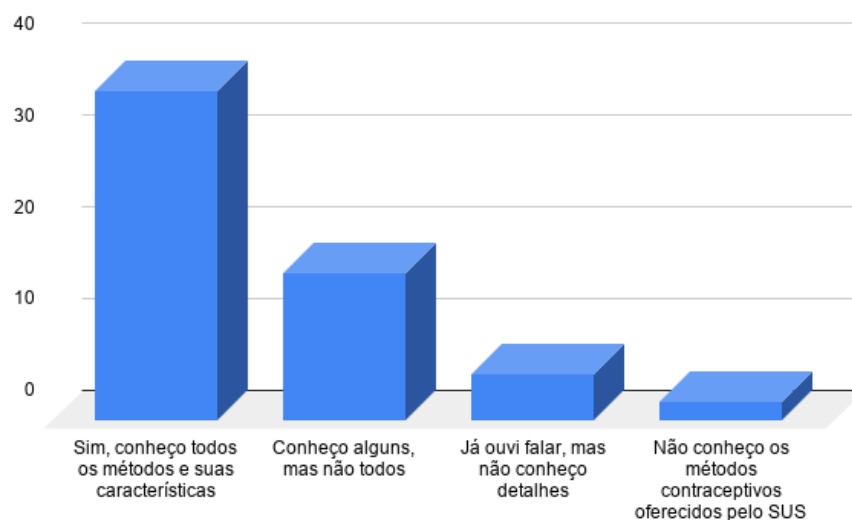
Fonte: própria (2025)

Gráfico 7 — Você considera que a educação sexual deve abordar questões de diversidade sexual, gênero e orientação sexual para promover inclusão social?



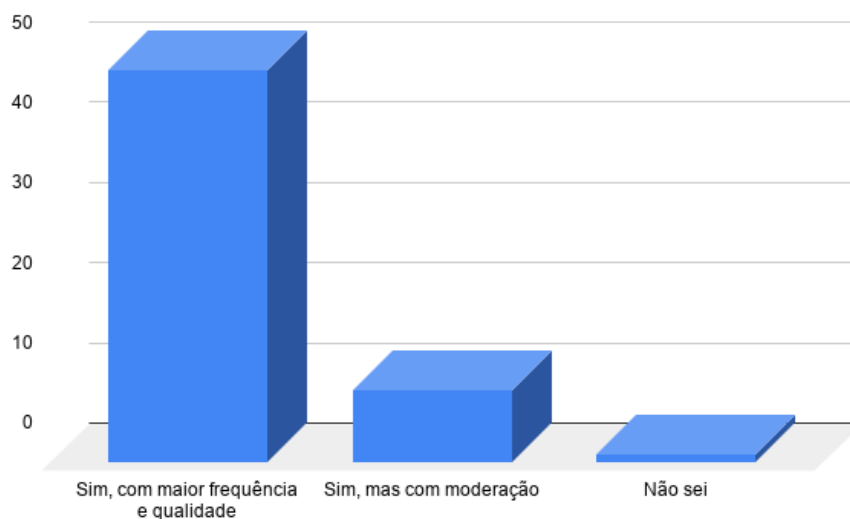
Fonte: própria (2025)

Gráfico 8 — Você conhece os métodos contraceptivos atualmente oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo preservativos, pílulas anticoncepcionais, DIU, injetáveis e o novo implante subdérmico Implanon?



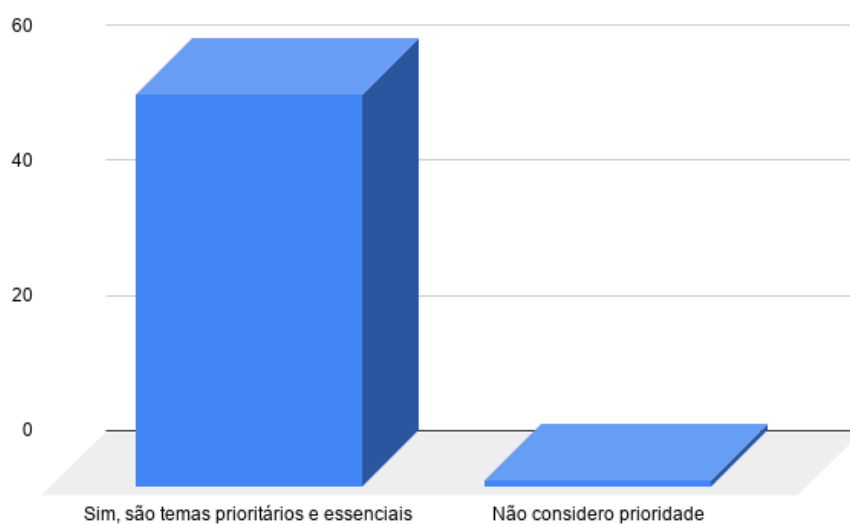
Fonte: própria (2025)

Gráfico 9 — Você acredita que a oferta de palestras, cursos e projetos sobre educação sexual nas Unidades Básicas de Saúde e nas escolas deveria ser ampliada?



Fonte: própria (2025)

Gráfico 10 — Você considera que a inclusão de temas como consentimento, respeito ao corpo e prevenção de abuso é fundamental na educação sexual para crianças e adolescentes?



Fonte: própria (2025)

4 CONCLUSÃO

A educação sexual efetiva é o elemento essencial para o desenvolvimento íntegro de todo conjunto dos cidadãos, pois promove conhecimento, autonomia, respeito e responsabilidade nas relações humanas. Com o passar desse estudo, provou-se que com a abordagem adequada e inclusão, acarretou de contribuições para prevenção de abusos, redução de infecções sexualmente transmissíveis e de famílias mais responsáveis, além de fortalecer a cidadania.

Nesse contexto mostra que a inclusão é indispensável, pois garante que diferentes realidades e identidades sejam respeitadas e uma sociedade completa de justiça e igualdade. E quando essa construção é aplicada de forma geral em escolas, famílias, hospitais torna-se uma ferramenta transformadora para formar indivíduos preparados.

Dessa forma, conclui-se que educação sexual não é apenas um problema público, mas também de cidadania e empatia, garantindo sociedade mais inclusiva, consciente, respeitosa e empática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BARBOSA, Luciana Uchôa; PEREIRA, Juliana de Castro Nunes; LIMA, Angélica de Godoy Torres; COSTA, Suzana Santos da; MACHADO, Raylane da Silva; HENRIQUES, Amanda Haissa Barros; FOLMER, Vanderlei. **Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 12, n. 4, e2921, p. 1-8, 2020. DOI: 10.25248/reas.e2921.2020.
- 2 MARQUES, M. F. C.; VIEIRA, N. C.; BARROSO, M. G. **Adolescência no contexto da escola e da família: uma reflexão**. Família, Saúde e Desenvolvimento, v. 5, n. 2, p. 141-146, 2003.
- 3 OSÓRIO, Luiz Carlos. **Casais e famílias: uma visão contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- 4 MALDONADO, Maria Tereza. **Vida em família: conversas entre pais e jovens**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- 5 NOLTE, Dorothy Law; HARRIS, Rachel. **Os adolescentes aprendem o que vivenciam**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.
- 6 SOUSA, L. B.; FERNANDES, J. F. P.; BARROSO, M. G. T. **Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 19, n. 4, p. 408-413, 2006.
- 7 BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Mês da Mulher: há 12 anos, STF reconheceu uniões estáveis homoafetivas**. Portal do Supremo Tribunal Federal, Brasília, 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- 8 CASTELO, Renato. **Entendendo os tipos de família na legislação brasileira**. Jusbrasil, 05 mar. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/entendendo-os-tipos-de-familia-na-legislacao-brasileira/2199093006>. Acesso em: 26 fev. 2026.

9 BRASIL. Governo Federal. **Matriz 02: Exploração Sexual**. Participa + Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/matriz-02-exploracao-sexual>. Acesso em: 26 fev. 2026.

10 BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico - HIV e Aids 2024**. Brasília: Ministério da Saúde, dez. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024/boletim_hiv_aids_2024e.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

11 BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico - Hepatites Virais 2024**. Brasília: Ministério da Saúde, jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024/boletim-epidemiologico-hepatites-virais-2024/view>. Acesso em: 26 fev. 2026.

12 BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico - Sífilis 2024**. Brasília: Ministério da Saúde, out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2024/boletim-epidemiologico-de-sifilis-numero-especial-out-2024.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2026.

13 BRASIL. Ministério da Saúde. **Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST**. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist>. Acesso em: 26 fev. 2026.

14 BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde lança cartilha sobre educação sexual como política de transformação. Brasília: Ministério da Saúde, 23 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/ptbr/assuntos/noticias/2024/fevereiro/saude-lanca-cartilha-sobre-educacao-sexual-como-politica-de-transformacao>. Acesso em: 26 fev. 2026..

15 CBN. **Casos de hepatite A registram alta de mais de 50% em 2024, aponta Ministério da Saúde**. Rio de Janeiro: CBN, 19 set. 2025. Disponível em: <https://cbn.globo.com/saude/noticia/2025/09/19/casos-de-hepatite-a-registram-alta-de-mais-de-50percent-em-2024-aponta-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em: 26 fev. 2026.

16 CHILDHOOD BRASIL. **Tipos de abuso sexual de crianças e adolescentes**. São Paulo: Childhood Brasil, 11 set. 2019. Disponível em:

<https://www.childhood.org.br/acoes-e-iniciativas/tipos-de-abuso-sexual-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

17 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

18 GUITARRARA, Paloma. **Educação sexual: o que é, temas e importância. Brasil Escola**, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/educacao-sexual.htm>. Acesso em: 26 fev. 2026.

19 INOUE, S. R. V.; RISTUM, M. **Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola**. Estudos de Psicologia (Campinas), Campinas, v. 25, n. 1, p. 11-21, mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Ryhzvgk9jn3VK9brXPZLDDp/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

20 INSTITUTO AURORA. **Qual é a importância da educação sexual nas escolas?** Curitiba: Instituto Aurora, 7 jun. 2023. Disponível em: <https://institutoaurora.org/importancia-da-educacao-sexual-nas-escolas/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

21 MARINI, Eduardo. **Projetos de educação sexual nas escolas: benefícios e dificuldades**. Revista Educação, São Paulo, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2019/11/13/projetos-educacao-sexual-escolas/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

22 MUNDO EDUCAÇÃO. **Abuso sexual: definição, tipos de violência e denúncia. Mundo Educação**, [s.d.]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sexualidade/abuso-sexual.htm>. Acesso em: 26 fev. 2026.

23 PIMENTA JÚNIOR, Deusdete Fernandes. **Educação sexual na escola: implicações para o exercício da cidadania**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 2., 2015, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em:

http://mail.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA11_ID6484_09092015202938.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

24 RIBEIRO, Rayane Brandão; COSTA JUNIOR, Valdir Machado da; PAULINI, Fernanda. **A importância da formação dos professores em educação sexual para atender a demanda do novo ensino médio**. Revista Docência e Cibercultura, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 01–22, 2023. DOI: 10.12957/redoc.2023.68406. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/68406>. Acesso em: 26 fev. 2026.

25 TEIXEIRA, Érica Jaqueline Pizapio et al. **Educação sexual na escola: relatos de uma sequência didática na formação do professor de biologia**. Revista Contemporânea, [S. l.], v. 5, n. 2, e7435, 10 fev. 2025. DOI: 10.56083/RCV5N2-042. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7435>. Acesso em: 26 fev. 2026.

26 UNAIDS BRASIL. **ONU encoraja abordagem abrangente na educação sexual. Brasília: UNAIDS, 11 jan. 2018**. Disponível em: <https://unaid.org.br/2018/01/onu-encoraja-abordagem-abrangente-da-educacao-sexual/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

27 UNESCO. **UNESCO no Brasil promove o direito à educação em sexualidade e relações de gênero para celebrar o Dia Internacional da Mulher**. Brasília: UNESCO, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/unesco-no-brasil-promove-o-direito-educacao-em-sexualidade-e-relacoes-de-genero-para-celebrar-o-dia>. Acesso em: 26 fev. 2026.

28 WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) et al. **INSPIRE: sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças. Resumo Executivo**. Geneva: WHO, 2016. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Child-Victims/Executive_Summary-_Portuguese.pdf. Acesso em: 26 fev. 2026.

29 WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Comprehensive sexuality education**. Geneva: WHO, [s.d.]. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/comprehensive-sexuality-education>. Acesso em: 26 fev. 2026.

30 ZENKLUB. **Educação sexual e sua importância para a saúde mental.** Zenklub Blog, [s.d.]. Disponível em: <https://zenklub.com.br/blog/palavra-de-especialista/educacao-sexual-e-sua-importancia-para-a-saude-mental>. Acesso em: 26 fev. 2026.

31 COSTA, L. S. et al. **Direitos e saúde sexual das pessoas com deficiência.** 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/Guia_Direitos_e_SadeSexual.pdf. Acesso em: 11 mar. 2026.

32 MAIA, A. C. B. et al. **Educação sexual para pessoas com deficiência física.** Dialnet, 2015. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6202829.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2026.

33 BATISTA, J. R.; GONZAGA, A. T. S. **Sexualidade e Deficiências Múltiplas: uma intervenção psicossocial com familiares.** Psicologia em Ênfase, 2020. Disponível em: <http://ojs.unialfa.com.br/index.php/psicologiaemenfase/article/view/66/61>. Acesso em: 11 mar. 2026.

34 BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 mar. 2026.

35 **L9263.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm>. Acesso em: 08 mar. 2026.

36 **Governo Federal fortalece políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva no SUS.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/setembro/governo-federal-fortalece-politicas-publicas-de-saude-sexual-e-reprodutiva-no-sus-1>>. Acesso em: 08 mar. 2026.

37 **Interrupção gestacional prevista em lei.** Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/saude-sexual-e-reprodutiva/interruptao-gestacional-prevista-em-lei>>. Acesso em: 08 mar. 2026.

APÊNDICE A – COMUNIDADE LGBT

O dia 28 de junho de 1969 foi marcado pela revolta de Stonewall Inn em Nova York, evento que deu início ao movimento moderno da luta pelos direitos LGBTQIA+, tornando-se uma data importante, representando o orgulho e resistência da comunidade. No Brasil, esse movimento ganhou força no ano de 1978 com o grupo organizado 'Somos', inicialmente focado em homens gays durante a Ditadura Militar do Brasil. O que antes no país era conhecida como a sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) evoluiu conforme os anos, entendimento e luta destas pessoas, sendo popularmente e mundialmente conhecida como LGBTQIA+:

- Lésbicas: Mulheres que sentem atração afetiva, emocional e sexual exclusivamente por outras mulheres.
- Gays: Homens que sentem atração afetiva, emocional e sexual exclusivamente por outros homens.
- Bissexuais: Pessoas que sentem atração afetiva, emocional e sexual por mais de um gênero.
- Transexuais: Pessoas que não se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento.
- Queers: Termo guarda-chuva em inglês para minorias sexuais e de gênero que não são heterossexuais ou cisgênero.
- Intersexuais: Pessoas que nascem com características sexuais biológicas (genitais, cromossomos, gônadas ou hormônios) que não se encaixam nas definições binárias típicas de corpos femininos ou masculinos.
- Assexuais: Pessoas que sentem pouca ou nenhuma atração sexual por outros.
- Símbolo de “mais”, representando assim, as outras identidades de gênero e orientações sexuais).

O avanço desta luta conquistou direitos no Brasil, como a adoção homoafetiva no ano de 2010 e o reconhecimento de união estável e casamento igualitário, em

2013, entretanto, a luta ainda permanece em busca da ampliação de direitos, incluindo o da vida, considerando que o Brasil é atualmente o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo. O dia 28 de junho permanece sendo a data de celebração do orgulho LGBTQIA+, representando assim, a resistência, luta e inclusão.